

OS PEDAGÓGICOS
CURSOS E CONCURSOS



SEDF

A RETOMADA

Considerando que o Currículo em Movimento da SEEDF adota a Psicologia Histórico-Cultural como base para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem, e que a avaliação assume um papel central na mediação pedagógica dentro da organização curricular, julgue o item:

01. No âmbito da organização curricular, a avaliação da aprendizagem, quando orientada pelos pressupostos do Currículo em Movimento da SEEDF, deve transcender a verificação de objetivos de aprendizagem (habilidades da BNCC) para se constituir como uma práxis que identifica o descompasso entre o nível de desenvolvimento real e o potencial do estudante, visando à regulação do percurso pedagógico.

Uma escola de Ensino Fundamental anos finais do DF adota a “Avaliação por Portfólios” em substituição às provas bimestrais. A coordenação justifica a mudança afirmando que o erro deve ser utilizado como fonte de diagnóstico e reorientação da prática docente.

02. Tal postura alinha-se à perspectiva de avaliação defendida pela Psicologia Histórico-Cultural, base do currículo do DF.

No Centro de Ensino Médio (CEM) 02 do Gama/DF, durante a revisão do PPP e do currículo da escola, surgiu um impasse: parte da equipe quer organizar o trabalho por disciplinas estanques, com tempos rigidamente fixados e conteúdos selecionados para atender critérios avaliativos; outra parte defende o Currículo em Movimento como instrumento aberto, articulado à educação integral, com projetos que aproximem conhecimento universal e conhecimento local do território do Gama, considerando também os eixos transversais indicados no documento.

Com base no Currículo em movimento do DF, julgue os itens 03 à 06.

03. A proposta de ordenar o trabalho escolar por conteúdos delimitados e separados entre

si, com períodos rigidamente fixados e seleção orientada por critérios avaliativos, reproduz uma representação histórica de currículo descrita no documento, na qual o programa escolar tende a perder amplitude e a função social da escola fica em plano secundário.

04. Ao fundamentar-se na Teoria Crítica, o Currículo da SEEDF assume a neutralidade do currículo e do conhecimento como condição para superar desigualdades sociais, evitando tratar hegemonias e relações de poder para preservar um padrão científico-racional estável.

05. A incorporação de pressupostos pós-críticos, ao conectar currículo e multiculturalismo, sustenta eixos transversais (diversidade, cidadania, sustentabilidade e direitos humanos) orientados para problematizar como as diferenças são produzidas em relações de assimetria e desigualdade.

06. A defesa de referenciais curriculares comuns para a Rede convive com a compreensão de que o “currículo na ação” envolve valores, papéis, práticas compartilhadas, relações de poder e modos de participação e gestão, razão pela qual a realidade de cada escola figura como ponto de partida na construção curricular.

No Centro de Ensino Fundamental (CEF) 07 de Taguatinga/DF, após a chegada de estudantes com trajetórias diversas (incluindo estudante com deficiência e estudante em acolhimento institucional), a equipe debate duas saídas:

I. padronizar rotinas, metodologias e critérios como forma de “organizar a turma”;
II. revisar o PPP e o cotidiano escolar para que a escola funcione como espaço de sujeitos de direitos, com participação estudantil e enfrentamento de discriminações.

Com base no currículo em movimento e o estudo de caso, julgue os itens 07 à 10:

07. A decisão de responder à diversidade com padronização rígida de práticas e com

uma mesma lógica de ensino para todos tende a reafirmar o paradigma homogeneizante apontado no documento como fator que dificulta o direito à aprendizagem.

08. A instituição que concentra a Educação em e para os Direitos Humanos em ações pontuais (campanhas e eventos) preserva o horizonte formativo proposto, pois a finalidade dessa educação se realiza prioritariamente por intervenções temáticas planejadas fora da rotina escolar.

09. A inserção da temática de Direitos Humanos como eixo do PPP, orientando planejamento, desenvolvimento e atuação no exercício cotidiano de direitos no ambiente escolar, decorre da compreensão de que o PPP mantém articulação transversal com o currículo em sua materialização.

10. A criação de espaços regulares de fala e decisão com estudantes (assembleias de turma, comissões de convivência, fóruns de escuta) coaduna-se com a orientação de fortalecer participação individual e coletiva e de estimular estudantes como protagonistas, com diálogo entre atores e práticas atravessando os tempos e espaços escolares.

À luz dos pressupostos do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, julgue o item a seguir:

11. A elaboração das propostas curriculares pelas unidades escolares deve articular as orientações gerais da rede às singularidades socioculturais do território, mediante processos coletivos de reflexão sobre as práticas educativas, de modo a reconhecer os diferentes sujeitos envolvidos na comunidade escolar e a favorecer a contextualização do ensino.

Considerando a concepção de educação integral presente no Plano Educacional de Brasília, elaborado sob a influência de Anísio Teixeira, julgue o item a seguir:

12. A educação integral pressupõe a articulação entre a formação intelectual, as vivências sociais, culturais e corporais dos

estudantes, compreendendo a escola como espaço de convivência democrática e de preparação para a participação cidadã.

Ainda acerca da concepção de educação integral no Plano Educacional de Brasília, julgue o item a seguir:

13. A ampliação da jornada escolar, por si só, caracteriza a educação integral, independentemente da integração entre as atividades desenvolvidas, da diversidade de experiências formativas e dos objetivos pedagógicos assumidos pela escola.

Com base nas contribuições das teorias críticas e pós-críticas do currículo, julgue o item a seguir:

14. O currículo deve ser compreendido como uma construção social, histórica e cultural, permeada por relações de poder, identidades e disputas acerca dos conhecimentos legitimados pela escola; por essa razão, sua organização requer práticas pedagógicas investigativas, dialógicas e sensíveis à diversidade dos sujeitos e dos contextos educacionais.

Acerca da concepção de Educação Integral adotada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, julgue o item a seguir:

15. A Educação Integral tem por finalidade concentrar na escola as responsabilidades formativas antes compartilhadas com a família, a comunidade e o Estado, de modo que a ampliação dos tempos e espaços educativos reduza a influência das experiências sociais vivenciadas pelo estudante fora do ambiente escolar.

Considerando os fundamentos do Currículo em Movimento da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, julgue o item a seguir:

16. A corresponsabilidade dos diferentes entes e sujeitos envolvidos com a educação pública, poder público, profissionais da educação, estudantes, famílias e sociedade civil, é compatível com uma concepção de currículo cuja formulação, implementação e avaliação

se realizam de forma predominantemente técnica e verticalizada, cabendo à comunidade escolar apenas aderir às orientações definidas pelas instâncias centrais da rede.

Considerando a abordagem da diversidade no Currículo em Movimento da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, julgue o item a seguir:

17. O reconhecimento das diferenças étnico-raciais, culturais, de gênero, de orientação sexual, de classe social e das condições sensoriais, intelectuais e motoras deve repercutir na organização das práticas pedagógicas, pois discriminações socialmente produzidas podem limitar o acesso, a permanência e a plena participação de determinados grupos na vida escolar.

À luz das concepções de relações étnico-raciais e de gênero presentes no Currículo em Movimento, julgue o item a seguir:

18. A valorização das identidades étnico-culturais indígenas e afro-brasileiras exige o reconhecimento de saberes historicamente construídos por esses povos; contudo, a abordagem das questões de gênero no currículo deve preservar explicações baseadas no determinismo biológico, por constituírem referência objetiva para a compreensão dos papéis sociais de mulheres e homens.

À luz da Pedagogia Histórico-Crítica e dos pressupostos do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, julgue o item a seguir:

19. A prática social dos estudantes constitui ponto de partida para o trabalho pedagógico, devendo ser problematizada e articulada aos conhecimentos científicos, escolares e culturais, sem que tal articulação implique atribuir idêntico estatuto explicativo a todas as formas de conhecimento no processo de ensino.

Considerando as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a organização do trabalho pedagógico, julgue o item a seguir:

20. A aprendizagem é compreendida como processo que se desenvolve prioritariamente pela maturação individual do estudante, razão pela qual a intervenção intencional do professor e a colaboração entre pares devem ocorrer apenas após a consolidação autônoma das capacidades cognitivas de cada educando.

11/09 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - FERNANDO SOUSA

Em uma escola pública, a gestão abriu uma revisão do PPP após conflitos entre professores e estudantes sobre regras, avaliação e “qualidade” do ensino. Um grupo de docentes defende que a escola precisa “voltar ao básico”, reforçando memorização, punição pedagógica e hierarquia em sala. Outro grupo propõe padronizar tudo por metas semanais, descritores e instrumentos comuns de avaliação, para “garantir eficiência”. Um terceiro grupo tenta introduzir projetos e metodologias ativas, mas mantém o mesmo modelo classificatório de prova e recuperação. Para evitar decisões por achismo, a coordenação decide analisar como diferentes períodos da

história da educação brasileira (jesuítico, tradicional laico, escolanovista e tecnicista) ajudam a explicar permanências e ressignificações dessas práticas no cotidiano escolar.

Julgue os itens a seguir de acordo com a História da Educação.

01. Após casos de “indisciplina”, um professor institui repetição oral, cópia e punição por erro, dizendo que está resgatando o núcleo da escola brasileira: “uma pedagogia de controle moral e doutrinário”. Na reunião, ele vincula explicitamente essa lógica ao período jesuítico e à organização escolar rigidamente regulada por normas e disciplina.

02. Uma professora argumenta que a pedagogia tradicional laica, por sofrer influência iluminista, já tinha como regra a aprendizagem por investigação e debate, sendo incompatível com aulas expositivas e memorização. Com base nisso, afirma que a exposição docente é “resíduo exclusivo do período jesuítico”, não podendo ser atribuída ao período laico.

03. Ao propor padronização por objetivos operacionais, checklist de habilidades e avaliação semanal, a gestão afirma que está aplicando “o princípio escolanovista do aluno no centro”, pois tudo é orientado por competências mensuráveis. Nessa interpretação, a centralidade do estudante é reduzida a desempenho e controle de resultados, sem discussão sobre experiência e formação integral.

04. No debate sobre currículo, a equipe identifica que tanto no modelo tradicional (religioso e laico) quanto no tecnicista há centralidade de normas e controle, ainda que um se justifique por moral/ordem e o outro por eficiência/produção. Assim, reconhece que o mesmo “efeito escolar” pode atravessar períodos distintos com linguagens diferentes, mantendo função reguladora.

05. Para “unificar a escola”, a direção propõe combinar disciplina rígida, metas padronizadas e projetos pontuais, afirmando que a soma automática desses elementos produz uma pedagogia crítica. No entanto, mantém intactas as práticas seletivas e classificatórias, apenas alterando o discurso institucional sobre “consciência social”.

Em uma observação de estágio, licenciandos analisam três turmas. Na primeira, o professor usa exposição e exercícios repetitivos, defendendo “conteúdo e esforço” como chaves da aprendizagem. Na segunda, a escola opera por metas, testes curtos e relatórios de desempenho, e o professor diz que “não pode perder tempo com roda de conversa”. Na terceira, há projetos e oficinas,

com participação discente, mas estudantes com menos repertório cultural ficam à margem e são avaliados pelos mesmos critérios padronizados. O grupo precisa compreender se “centralidade do aluno” é mudança metodológica ou mudança de função social da escola, e quais períodos ajudam a interpretar o que está acontecendo.

Julgue os itens a seguir de acordo com a História da Educação.

06. Ao observar uma aula por projetos, um licenciando conclui que a turma já rompeu com qualquer seletividade escolar, pois método ativo garante igualdade de aprendizagem independentemente do contexto social. Ele atribui essa conclusão à Escola Nova, entendendo-a como pedagogia necessariamente contra-hegemônica e transformadora da estrutura social.

07. No relatório de estágio, o grupo registra que a Escola Nova desloca o foco para a experiência do estudante, para o aprender fazendo e para a formação integral, mas pode conviver com limites estruturais se não enfrentar as desigualdades sociais. Assim, reconhece que inovação metodológica não equivale automaticamente a transformação social profunda.

08. Em uma aula expositiva, o professor afirma que “o aluno só aprende quando recebe o conteúdo pronto”, tratando o estudante como receptor e atribuindo dificuldades à falta de esforço individual. A coordenação identifica que essa concepção se alinha à tradição escolar transmissiva, típica tanto do modelo religioso quanto do laico em diferentes fases históricas.

09. Uma escola substitui projetos por rotinas de objetivos operacionais e mensuração semanal, afirmando que isso é “escolanovismo”, pois valoriza o que o aluno consegue fazer na prática. Ao fazer essa equivalência, a gestão confunde pragmatismo educativo com racionalidade tecnicista centrada em controle, eficiência e padronização.

10. Em debate, um docente sustenta que no período jesuítico o aluno era estimulado ao livre questionamento e à crítica da ordem colonial, sendo a catequese apenas “pano de fundo cultural”. Ele usa essa leitura para dizer que o autoritarismo escolar surge apenas no período tecnicista do século XX.

No conselho escolar, discute-se uma proposta de “neutralidade pedagógica” e de redução do currículo a habilidades avaliáveis. Alguns defendem que o Estado, ao assumir a educação, sempre promoveu democratização e emancipação. Outros argumentam que a escola, em diferentes períodos, esteve vinculada a projetos políticos: catequese e controle cultural no colonial; reorganização estatal e convivência entre religioso e laico após reformas; renovação pedagógica com limites sociais no escolanovismo; e racionalização produtivista no tecnicismo. A equipe precisa avaliar como mudanças institucionais alteram (ou não) a finalidade social da escola.

Julgue os itens a seguir de acordo com a História da Educação.

11. Ao analisar o período jesuítico, a equipe conclui que a educação escolar esteve articulada ao projeto colonial: catequese, disciplina e organização curricular operavam também como controle cultural e social. Por isso, compreende que a escola não era neutra, mas vinculada a um projeto de sociedade e poder.

12. Uma conselheira afirma que, com as reformas pombalinas e a criação de aulas régias, o Brasil passou a ter uma educação universal, crítica e democrática, rompendo com qualquer traço tradicional. Com base nisso, defende que a simples estatização do ensino garante emancipação e igualdade educacional.

13. No debate sobre “competências para o mercado”, um professor lembra que o tecnicismo ganhou força ao subordinar a educação à racionalidade da eficiência, do

controle e da formação de mão de obra, especialmente no contexto autoritário. Ele argumenta que essa lógica redefine currículo e avaliação para atender objetivos produtivos, não a formação integral.

14. Uma diretora sustenta que toda presença do Estado na educação, em qualquer época, implica compromisso com justiça social e redução das desigualdades. Ela afirma que, por definição, políticas estatais são sempre democratizantes e jamais podem operar como seleção ou controle social.

15. Na síntese do conselho, a escola é entendida como arena de disputa histórica: modelos pedagógicos expressam concepções de sociedade, de sujeito e de conhecimento, variando conforme hegemonias políticas. Assim, “neutralidade” é tratada como posição ideológica que pode ocultar escolhas curriculares e avaliativas.

Em um seminário interno, a coordenação propõe relacionar tendências pedagógicas à história da educação para interpretar dilemas atuais: padronização, desigualdade, currículo mínimo e debate sobre formação crítica. Alguns professores defendem que basta “voltar ao conteúdo” para resolver tudo; outros dizem que metodologias ativas resolvem automaticamente a exclusão; e há quem considere que metas e testes curtos são sinônimo de modernização. O grupo precisa compreender como as pedagogias críticas surgem em confronto com modelos hegemônicos (tradicional, renovador e tecnicista) e em que medida elas reorientam a finalidade social da escola sem abdicar do conhecimento sistematizado.

Julgue os itens a seguir de acordo com a História da Educação.

16. Ao avaliar a permanência de exclusão mesmo com projetos, a equipe conclui que pedagogias críticas emergem como reação às limitações de modelos hegemônicos, recolocando a educação como prática social

vinculada à transformação. Nessa leitura, método e currículo precisam ser coerentes com finalidade social, não apenas “inovadores”.

17. Um professor afirma que pedagogia libertadora e espontaneísmo são equivalentes, pois ambas rejeitam o conhecimento sistematizado e defendem que a escola deve abandonar conteúdos para priorizar vivências individuais. Ele usa essa equivalência para dizer que pedagogias críticas “dispensam currículo e ensino”.

18. Ao discutir a Crítico-Social dos Conteúdos, a coordenação sintetiza que o conhecimento escolar sistematizado pode ser instrumento de emancipação, desde que mediado criticamente e articulado à realidade social. Assim, recusa a ideia de que “conteúdo” seja, por si, conservador ou neutro.

19. No seminário, alguém define a Pedagogia Histórico-Crítica como neutra e técnica, pois prioriza eficiência, padronização e objetivos operacionais para melhorar índices. Ele afirma que sua base é a mesma do tecnicismo, diferindo apenas no vocabulário político usado nos documentos.

20. Na síntese final, a equipe afirma que pedagogias críticas não significam “anti-escola”: ao contrário, reafirmam a escola como mediação histórica necessária para socializar conhecimentos e formar consciência crítica. Por isso, defendem reorganizar ensino, currículo e avaliação para reduzir seletividade e ampliar acesso ao saber elaborado.

12/09 - RIDE - CLEBER E ISRAEL

01. A RIDE/DF foi instituída por lei complementar federal como instrumento de articulação administrativa da União em um mesmo complexo geoeconômico e social.

02. Por desenvolver funções públicas de interesse comum, a RIDE/DF possui a mesma natureza jurídica de uma região metropolitana e deve ser criada por lei complementar estadual.

03. A RIDE/DF não constitui um novo ente federativo e também não possui personalidade jurídica própria.

04. A criação da RIDE/DF resultou da celebração de um consórcio público entre a União, o Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais.

05. A RIDE/DF possui autonomia política, competências legislativas próprias e integra a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

06. A competência para instituir a RIDE/DF pertence à União, mediante lei complementar federal.

07. Caso um município integrante da RIDE/DF seja desmembrado e dê origem a um novo município, este passará automaticamente a integrar a região.

08. A Constituição de 1891 determinou que uma área no Planalto Central fosse demarcada para a futura instalação da capital federal.

09. A Missão Cruls foi responsável pela escolha do projeto urbanístico de Brasília, posteriormente elaborado por Oscar Niemeyer.

10. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, a construção de Brasília foi incorporada ao Plano de Metas como a chamada “meta-síntese”.

11. Lúcio Costa elaborou o projeto urbanístico de Brasília, enquanto Oscar Niemeyer se destacou pelos projetos arquitetônicos dos principais edifícios públicos.

12. Os trabalhadores que migraram de diferentes regiões do país, especialmente do Nordeste, para atuar na construção de Brasília ficaram conhecidos como candangos.

13. A população do Distrito Federal distribuiu-se de maneira desigual pelo território, com diferenças significativas de renda e acesso aos serviços públicos entre as regiões administrativas.

14. O crescimento populacional do Distrito Federal ocorreu exclusivamente por crescimento vegetativo, sem participação relevante dos fluxos migratórios vindos de outras regiões brasileiras.

15. Localizado no Planalto Central, o Distrito Federal apresenta relevo predominantemente formado por áreas planas e suavemente onduladas, com altitudes geralmente elevadas.

16. O clima predominante no Distrito Federal é o tropical, marcado pela presença de uma estação chuvosa no verão e outra seca no inverno.

17. O território do Distrito Federal está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Paraná, não possuindo áreas drenadas pelas bacias do São Francisco e do Tocantins-Araguaia.

18. O Distrito Federal apresenta o maior PIB per capita entre as unidades da Federação, embora essa média elevada não represente uma distribuição igualitária da renda entre sua população.

19. A economia do Distrito Federal caracteriza-se pelo predomínio do setor de serviços, com forte participação das atividades relacionadas à administração pública.

20. A Via Sacra ao Vivo de Planaltina, realizada durante a Semana Santa, é reconhecida como patrimônio cultural imaterial do Distrito Federal.

14/09 - ECA - SUZELE VELOSO

(CESPE / CEBRASPE - 2026 - UNEAL - Analista Administrativo - Área: Assistência Social)
Julgue o seguinte item, referente à adoção de crianças e adolescentes, de acordo com o disposto no ECA.

01. Somente a partir dos quatorze anos de idade poderá o adotando expressar consentimento para sua adoção.

(CESPE / CEBRASPE - 2026 - UNEAL - Analista Administrativo - Área: Assistência Social)
Julgue o seguinte item, referente à adoção de crianças e adolescentes, de acordo com o disposto no ECA.

02. Pedido de acesso ao processo de adoção poderá ser deferido ao adotado menor de 18 anos de idade, asseguradas a ele orientação e assistência jurídica e psicológica.

(CESPE / CEBRASPE - 2026 - UNEAL - Analista Administrativo - Área: Assistência Social)
Julgue o seguinte item, referente à adoção de crianças e adolescentes, de acordo com o disposto no ECA.

03. Considerado o direito da criança e do adolescente de serem criados e educados no seio de sua família, é recomendável a adoção pelos ascendentes e irmãos do adotando. i indicado, a fim de respeitar prioritariamente a vontade da gestante.

(CESPE / CEBRASPE - 2026 - UNEAL - Analista Administrativo - Área: Assistência Social)

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na utilização de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal.

A respeito desse sistema, julgue o item seguinte:

04. O conselho tutelar é um órgão instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vinculado à vara da infância e

juventude, com atuação no enfrentamento de casos de violação de direitos e encaminhamento de soluções que assegurem a proteção.

(Quadrix - 2025 - SEDF - Professor de Educação Básica: Administração)

Em relação aos conselhos tutelares, julgue o item seguinte:

05. Suponha-se que um homem e uma mulher, sendo casados, desejassem atuar como conselheiros tutelares na mesma região administrativa do Distrito Federal. Nesse caso, é correto afirmar que, por vedação legal, ambos não poderão exercer o cargo na mesma unidade.

(CESPE / CEBRASPE - 2025 - Polícia Federal - Assistente Social)

Acerca das políticas sociais, julgue o item subsequente:

06. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a condenação criminal do pai ou da mãe implicará a destituição do poder familiar, independentemente da natureza do delito.

(CESPE / CEBRASPE - 2025 - MPE-CE - Analista Ministerial - Especialidade: Serviço Social)

Considerando a Constituição Federal de 1988 e legislações, políticas e programas destinados a crianças e adolescentes, julgue o item a seguir:

07. Denúncias de violência contra criança e adolescente devem ser encaminhadas à autoridade policial do local dos fatos, para apuração, ao conselho tutelar, para aplicação de medidas de proteção, e ao Ministério Público, nos casos que forem de sua atribuição específica.

(FGV - 2026 - MPE-ES - Agente Técnico - Psicólogo)

Lucas tem 17 anos e foi adotado legalmente com 1 mês de nascido. Desde a chegada à adolescência, ele pensa em ter acesso às suas origens, desejando conhecer sua família biológica, contando com amplo apoio de

seus pais, Murilo e Jaime.

Diante do caso apresentado, julgue o item abaixo:

08. Lucas só poderá acessar o processo de adoção depois dos 18 anos.

(FGV - 2026 - MPE-ES - Agente Técnico - Pedagogo)

09. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, porque resulta de prestação positiva do poder público, cuja efetivação fica condicionada aos limites administrativos e materiais definidos pelo próprio Estado.

(FGV - 2026 - MPE-ES - Agente Técnico - Pedagogo)

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a escola tem o dever de comunicar certas situações ao Conselho Tutelar. Diante disso, foram identificadas três situações no ambiente escolar: Um estudante relatou agressões em casa e chegou à escola com marcas visíveis no corpo. A escola suspeitou que uma aluna sofre, como punição, humilhações constantes em casa. Uma aluna ficou sem usar seu smartphone, prolongadamente, por decisão dos pais.

10. A escola deve comunicar ao Conselho Tutelar todas as situações apresentadas acima.

(INSTITUTO AOCP - 2026 - MPE-GO - Analista em Educação)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece direitos fundamentais e mecanismos de proteção destinados a assegurar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Considerando as disposições do ECA, julgue o item abaixo:

11. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

(INSTITUTO AOCP - 2026 - MPE-GO - Analista em Educação)

O Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA) estabelece direitos fundamentais e mecanismos de proteção destinados a assegurar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Considerando as disposições do ECA, julgue o item abaixo:

12. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e elevados níveis de repetência.

(MPE-SP - 2026 - MPE-SP - Promotor de Justiça Substituto)

Julgue o item a seguir:

13. A permanência, em programa de acolhimento familiar, de criança ou adolescente, terá duração máxima de 18 (dezoito) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, nos termos de decisão judicial fundamentada.

(MPE-SP - 2026 - MPE-SP - Promotor de Justiça Substituto)

Julgue o item a seguir:

14. A manutenção da inserção em programa de acolhimento institucional ou familiar, de criança ou adolescente, requer reavaliação da situação do acolhido, a cada 03 (três) meses, no máximo, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe multidisciplinar ou interprofissional, decidir, fundamentadamente, acerca da reintegração familiar ou colocação em família substituta, quer por guarda, tutela ou por adoção.

(MPE-SP - 2026 - MPE-SP - Promotor de Justiça Substituto)

Julgue o item a seguir:

15. Não será deferida guarda provisória em casos de adoção por estrangeiro.

(FGV - 2026 - MPE-MT - Promotor de Justiça Substituto)

Gisele decidiu entregar seu filho recém-nascido para adoção de forma voluntária, optando pelo sigilo quanto ao nascimento e à identidade do pai, além de não informar à

família biológica ou extensa sobre a entrega. O juízo da Vara da Infância e da Juventude homologou a renúncia ao poder familiar materno e determinou o encaminhamento da criança para adoção por pretendentes regularmente cadastrados no Sistema Nacional de Adoção (SNA), garantindo também o sigilo sobre a entrega voluntária.

Considerando o caso hipotético narrado, julgue o item abaixo:

16. O membro do Ministério Público, nessa situação, deverá interpor agravo de: A mãe que opta por entregar o filho para adoção tem garantido o direito ao sigilo sobre o nascimento, seja antes ou logo após o parto, sendo encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. De acordo com o art. 5º da Resolução nº 485/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), esse sigilo deve ser estendido aos membros da família biológica e ao pai indicado, a fim de respeitar prioritariamente a vontade da gestante.

(MPDFT - 2025 - MPDFT - Promotor de Justiça)

Crianças e adolescentes têm assegurados, com absoluta prioridade, a efetivação e o respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A respeito da necessidade de colocação em família substituta, julgue o item a seguir:

17. A falta ou a carência de recursos materiais, por si só, não legitima o Ministério Público para ingressar com ação judicial para requerer suspensão ou destituição do poder familiar.

(INSTITUTO AOCP - 2025 - MPE-MA - Promotor de Justiça Substituto)

18. São direitos referentes à educação previstos no Estatuto da Criança e Adolescente, o direito de garantia de vaga no mesmo estabelecimento a irmão(s), desde que frequente(m) a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

(INSTITUTO AOCP - 2025 - MPE-MA - Promotor de Justiça Substituto)

19. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos

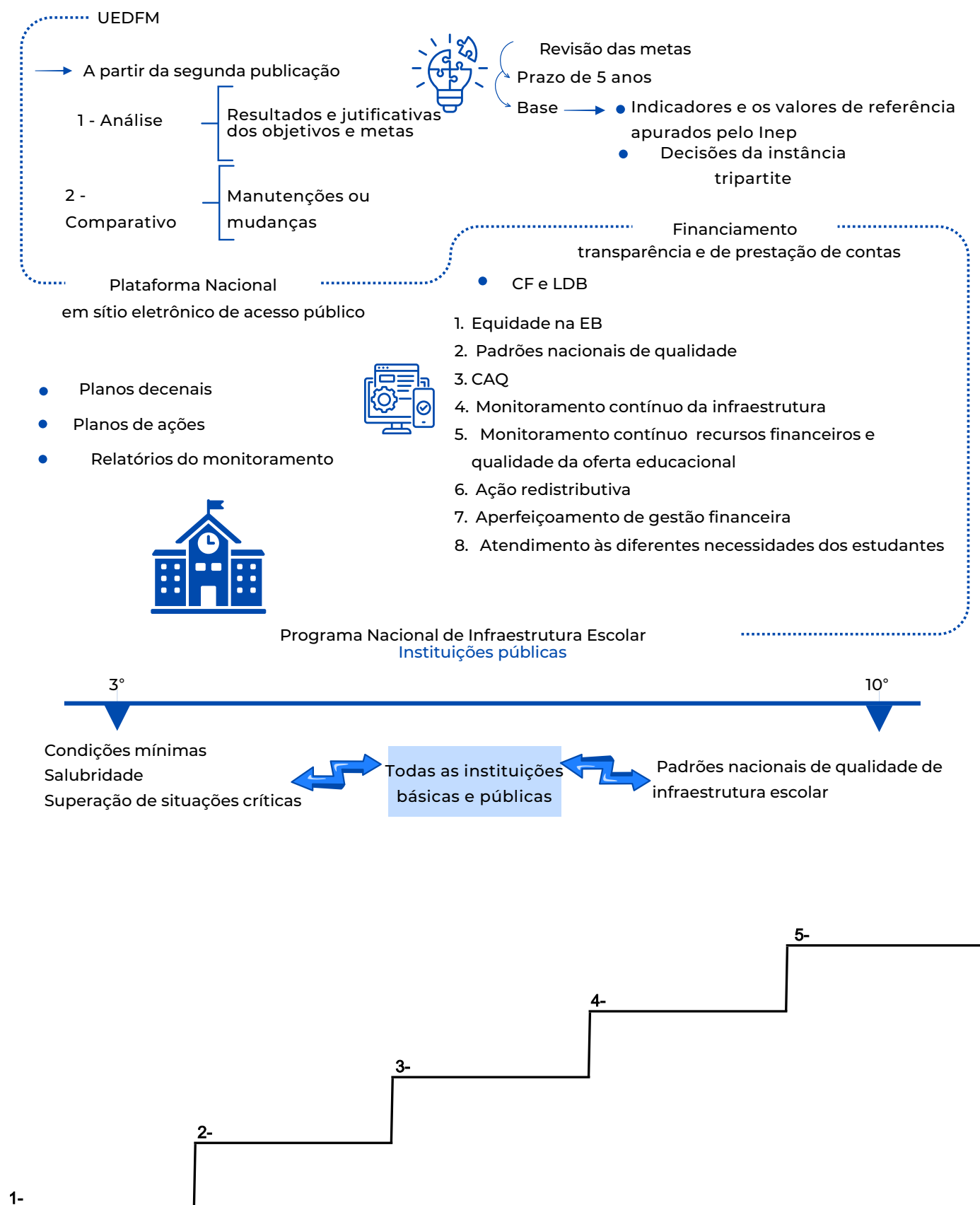
e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezesseis anos; identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.

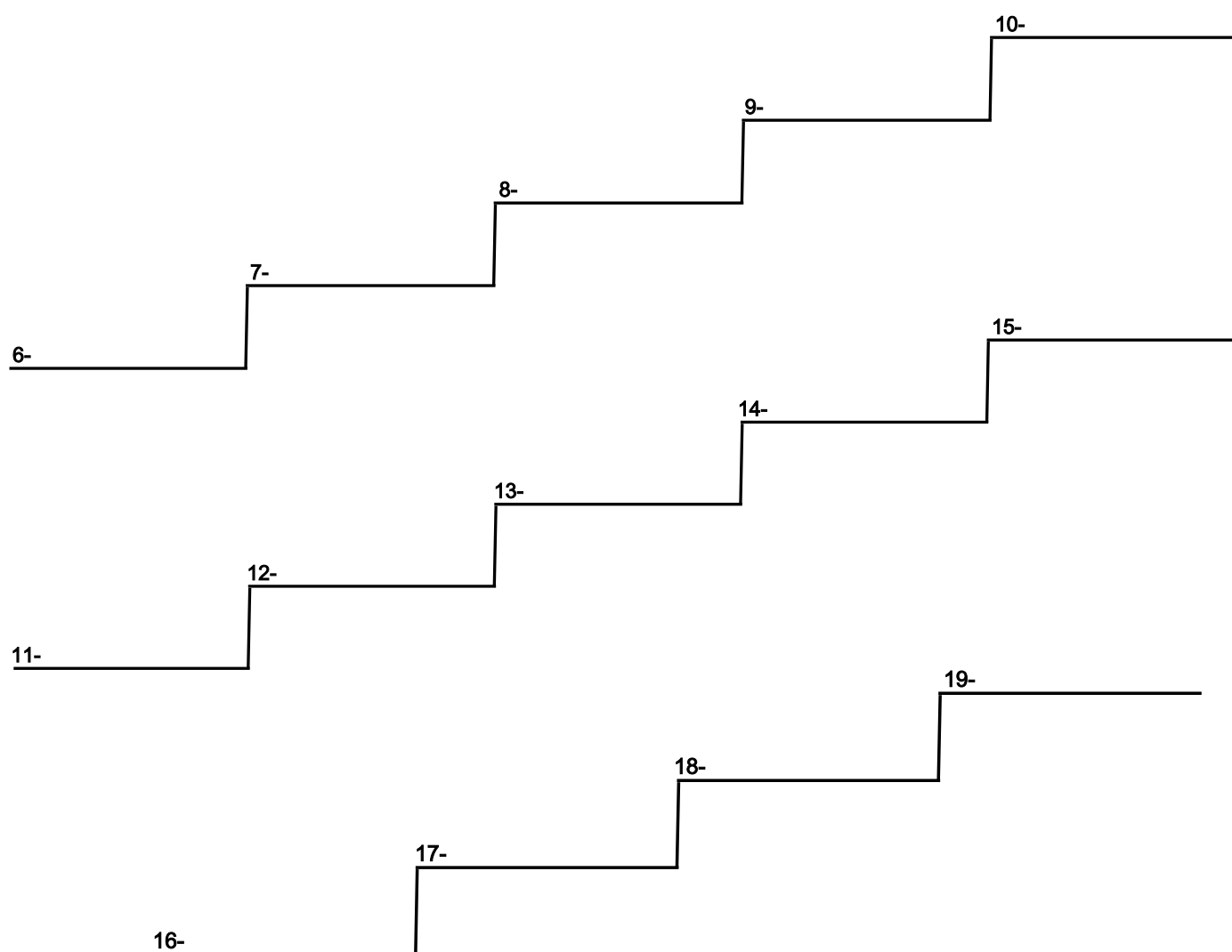
(FGV - 2025 - MPU - Analista do MPU - Psicologia)

20. João, 9 anos, foi registrado apenas por sua mãe, que faleceu em decorrência de uma grave doença. João foi morar com seus avós maternos, que deverão formalizar o vínculo de responsabilidade legal através de uma ação de tutela.

15/09 - PNE - WILLIAM DORNELA







01. O novo Plano Nacional de Educação, instituído para o decênio de 2026 a 2036, organiza-se por meio de objetivos, metas e estratégias, combinando referências quantitativas e qualitativas para orientar as políticas educacionais.

02. No processo de concretização do PNE, as metas constituem orientações amplas, enquanto as estratégias correspondem aos resultados finais que deverão ser alcançados pelos entes federativos.

03. A estrutura do novo PNE compreende 17 objetivos, 73 metas e 372 estratégias, além de orientações gerais e específicas relacionadas à execução das políticas educacionais.

04. Os planos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios poderão afastar-se das prioridades estabelecidas no PNE quando houver incompatibilidade com as políticas e os programas locais.

05. Os entes federativos deverão elaborar ou adequar seus planos decenais de educação em até doze meses, contados da publicação do Plano Nacional de Educação.

06. A colaboração e a participação na execução do PNE podem envolver ambientes virtuais e diferentes segmentos, como a comunidade educacional e a sociedade.

07. A adequação dos planos estaduais, distrital e municipais ao PNE dispensa a parti-

cipação social, pois a responsabilidade técnica pela definição das metas pertence aos respectivos órgãos gestores da educação.

08. A União presta apoio técnico aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, sem que essa atuação substitua as responsabilidades dos respectivos entes na implementação de seus planos educacionais.

09. Os critérios utilizados para a definição das prioridades educacionais devem repercutir na formulação de políticas, programas e ações, bem como na determinação de percentuais de recursos.

10. A governança, o monitoramento e a avaliação do PNE concentram-se no Ministério da Educação e no Inep, não alcançando órgãos colegiados ou instâncias de representação do Poder Legislativo.

11. Compete ao Inep elaborar relatório bienal de monitoramento, a ser apresentado até o dia 31 de março, de modo a subsidiar o acompanhamento das metas e das estratégias do PNE.

12. Participam do acompanhamento do PNE, entre outras instâncias, o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação, as comissões de educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e o Fórum Nacional de Educação.

13. O monitoramento realizado pelos entes federativos deve compreender a análise anual dos resultados e da implementação das metas, além de avaliações comparativas capazes de identificar situações de manutenção ou mudança.

14. A plataforma destinada ao acompanhamento do PNE será de uso restrito aos órgãos governamentais, considerando o caráter técnico dos dados empregados no processo de avaliação.

15. A revisão das metas ocorrerá no prazo

de cinco anos e deverá considerar os indicadores e os valores de referência apurados, bem como os padrões de qualidade definidos para a educação.

16. A transparência e a prestação de contas no financiamento educacional devem observar fundamentos constitucionais e legais, incluindo a equidade, os padrões nacionais de qualidade e o Custo Aluno-Qualidade.

17. O monitoramento da infraestrutura escolar limita-se à verificação física dos prédios públicos, não abrangendo a força de trabalho, a gestão financeira ou a aplicação dos recursos destinados à educação.

18. Entre os aspectos relacionados ao financiamento e à gestão estão o monitoramento contínuo da infraestrutura e da força de trabalho, a auditoria da aplicação dos recursos e o aperfeiçoamento da gestão financeira.

19. O Programa Nacional de Infraestrutura Escolar contempla condições mínimas de salubridade e a superação de situações críticas, articulando essas medidas à definição de padrões nacionais de qualidade para a infraestrutura escolar.

20. Os padrões nacionais de qualidade da infraestrutura escolar deverão alcançar cada instituição, inclusive as pertencentes à rede privada, considerando que as condições adequadas de oferta não se restringem aos estabelecimentos públicos.

01. Na perspectiva da educação inclusiva, a transversalidade da Educação Especial implica compreender essa modalidade como articulada aos diferentes níveis, etapas e modalidades educacionais, não se confundindo com uma etapa autônoma de escolarização. Essa concepção pressupõe que os recursos e serviços especializados sejam organizados em articulação com o processo de escolarização, de maneira a favorecer acesso, participação, permanência e aprendizagem dos estudantes que constituem seu público.

02. A LDB, ao definir a Educação Especial como modalidade oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, estabelece uma correspondência jurídica entre Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado, razão pela qual ambos podem ser compreendidos como expressões normativas equivalentes para designar o conjunto de ações pedagógicas destinadas aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

03. A concepção contemporânea de inclusão educacional desloca a compreensão das dificuldades escolares de uma perspectiva predominantemente centrada nas características individuais do estudante para uma análise da interação entre suas características e as barreiras existentes no contexto educacional, o que implica reconhecer que práticas pedagógicas, comunicação, atitudes, tecnologias, organização curricular e condições de acessibilidade podem interferir na participação e na aprendizagem.

04. Considerando que a Constituição Federal assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência e que a LDB prevê serviços de apoio especializado na escola regular quando necessários, a efetivação do direito à educação inclusiva admite que o AEE substitua temporaria-

mente a escolarização comum sempre que avaliação pedagógica demonstrar que o estudante obterá maior benefício acadêmico em atividades individualizadas conduzidas pelo professor especializado.

05. O princípio da equidade, aplicado à Educação Especial inclusiva, não exige que todos os estudantes recebam recursos, estratégias pedagógicas e apoios idênticos, pois a igualdade do direito à educação pode demandar diferenciação dos meios oferecidos, inclusive mediante adaptações razoáveis, tecnologias assistivas, recursos de acessibilidade e medidas individualizadas de apoio, quando necessárias para assegurar condições efetivas de participação e aprendizagem.

06. A perspectiva inclusiva modificou substancialmente a organização da Educação Especial brasileira ao estabelecer que recursos e serviços especializados devem integrar a escola comum; dessa transformação decorre a incompatibilidade jurídica entre o sistema educacional inclusivo e qualquer forma de colaboração do poder público com instituições privadas sem fins lucrativos especializadas em Educação Especial.

07. Embora o acesso à classe comum constitua dimensão indispensável da educação inclusiva, a inclusão não se esgota na presença física do estudante no espaço escolar, uma vez que a efetivação desse paradigma demanda condições para acesso, permanência, participação e aprendizagem, o enfrentamento das barreiras existentes e a organização de apoios educacionais compatíveis com as necessidades identificadas no contexto escolar.

08. A identificação de deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação constitui condição médico-clínica prévia para que a escola possa desenvolver qualquer recurso pedagógico

diferenciado, adaptação de estratégias de ensino ou ação voltada à eliminação de barreiras, pois a intervenção pedagógica especializada depende juridicamente da caracterização formal do estudante como público da Educação Especial.

09. A LDB reconhece que a Educação Especial tem início na Educação Infantil e se estende ao longo da vida, afastando uma compreensão restritiva segundo a qual os serviços e recursos vinculados à modalidade estariam circunscritos à escolarização obrigatória ou à Educação Básica, perspectiva que se articula ao reconhecimento contemporâneo do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

10. A previsão, no art. 59 da LDB, de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos destinados aos estudantes da Educação Especial autoriza a construção de percursos curriculares desvinculados das referências curriculares nacionais, desde que essa diferenciação seja fundamentada pelas necessidades educacionais identificadas e registrada no planejamento do atendimento especializado.

11. A concepção inclusiva de Educação Especial não elimina a necessidade de apoios individualizados; ao contrário, busca articulá-los à transformação das condições gerais de escolarização, razão pela qual acessibilidade institucional e apoio individual não constituem estratégias necessariamente antagônicas: podem atuar conjuntamente para eliminar barreiras e ampliar participação, autonomia e aprendizagem.

12. Os estudantes com dislexia, discalculia, disgrafia e TDAH integram, em razão das repercussões desses transtornos sobre a aprendizagem, o público da Educação Especial para fins de AEE, ainda que não apresentem concomitantemente deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação, cabendo aos sistemas de ensino definir a modalidade

específica de atendimento conforme a intensidade das dificuldades apresentadas.

13. No marco da educação inclusiva, a diversidade humana deixa de ser concebida prioritariamente como desvio em relação a um padrão abstrato de normalidade e passa a ser reconhecida como dimensão constitutiva da realidade educacional, perspectiva compatível com princípios como equidade, igualdade de oportunidades, combate ao capacitismo e reconhecimento das especificidades dos estudantes com deficiência.

14. O Atendimento Educacional Especializado, ao assumir função complementar para estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista e suplementar para estudantes com altas habilidades ou superdotação, transfere ao professor especializado a responsabilidade principal pela adequação do currículo, cabendo ao professor da classe comum implementar o planejamento produzido no âmbito do atendimento especializado.

15. A previsão legal de aceleração para estudantes com altas habilidades ou superdotação evidencia que a Educação Especial não pode ser reduzida a práticas destinadas à compensação de déficits ou à remoção de barreiras relacionadas à deficiência, pois também envolve a identificação e a criação de condições educacionais que favoreçam o desenvolvimento de potencialidades elevadas.

16. O reconhecimento da Educação Especial como modalidade transversal implica que sua organização pedagógica seja responsabilidade institucional dos sistemas de ensino e das escolas; contudo, nas situações em que houver profissional de apoio escolar, a mediação das atividades curriculares e a tomada de decisões sobre métodos, avaliação e objetivos de aprendizagem podem ser delegadas a esse profissional, desde que realizadas sob supervisão periódica do professor responsável pela turma.

17. A efetivação da educação inclusiva pressupõe reconhecer que determinadas barreiras podem decorrer da própria organização escolar, das formas de comunicação, das práticas pedagógicas, dos recursos tecnológicos e das atitudes dos sujeitos institucionais; por isso, a avaliação das necessidades educacionais não deve limitar-se à identificação das características do estudante, devendo considerar também sua interação com o ambiente escolar.

18. O fato de a LDB determinar que a Educação Especial seja oferecida preferencialmente na rede regular de ensino significa que a matrícula em classe comum constitui medida condicionada à demonstração prévia, por avaliação especializada, de que o estudante possui competências acadêmicas e comportamentais suficientes para acompanhar o currículo regular, interpretação coerente com a necessidade de preservar a qualidade pedagógica do ensino coletivo.

19. A educação inclusiva demanda articulação entre diferentes políticas e serviços quando as necessidades do estudante assim exigirem, mas essa intersectorialidade não descaracteriza a responsabilidade educacional da escola, pois a participação de áreas como saúde e assistência social deve ocorrer em colaboração com a política educacional, e não mediante transferência das decisões propriamente pedagógicas para profissionais externos ao sistema de ensino.

20. A perspectiva inclusiva pressupõe que a garantia de acesso ao mesmo espaço educacional seja suficiente para caracterizar igualdade de oportunidades, pois diferenciações de recursos, estratégias avaliativas, tecnologias assistivas ou adaptações razoáveis podem comprometer o princípio da isonomia ao produzir condições distintas de escolarização entre estudantes submetidos ao mesmo currículo.

18/09 - ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS - POLY DA HORA

(Cebbraspe)

A principal pesquisa internacional sobre educação, feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostrou que, no período de 2012 a 2022, houve um aumento acentuado no nível de ansiedade em relação à matemática entre os alunos da grande maioria dos 81 países avaliados, especialmente no Brasil.

01. No primeiro parágrafo, o vocábulo “que” introduz uma oração que desempenha a função de complemento da forma verbal “mostrou”.

(Quadrix)

02. O papel da oração “que os professores e todos os atores envolvidos com a educação tenham uma postura proativa na produção de conhecimento científico” no período “É desejável que os professores e todos os atores envolvidos com a educação tenham uma postura proativa na produção de conhecimento científico” é o de complementar a significação do adjetivo “desejável”.

(Cebbraspe)

O professor reforça que a expectativa relacionada à fragilidade do sistema previdenciário estimula ainda mais os jovens profissionais a olharem mais para o empreendedorismo e menos para as organizações e a pensarem mais em investimentos privados que em aposentadoria. Segundo ele, a geração Z é “uma população que buscará fazer a sua própria poupança e que vê na vida empreendedora ou no emprego mais flexível um futuro mais promissor”.

03. No último período do texto, o trecho ‘que buscará fazer a sua própria poupança’ é uma oração substantiva que complementa sintaticamente o nome ‘população’.

(Cebbraspe)

Por outro lado, o documento reavaliou as sete espécies de atum mais pescadas comercialmente e concluiu que quatro delas mostraram sinais de recuperação graças aos países que aplicam cotas de pesca mais

sustentáveis e combatem com sucesso a pesca ilegal.

04. A oração “que quatro delas mostraram sinais de recuperação” classifica-se como subordinada substantiva objetiva direta.

(Quadrix)

O evento, que incluirá palestras e minicursos, estará aberto desde a alunos do ensino médio, técnico, graduação, pós-graduação, profissionais e pesquisadores da área.

05. A oração “que incluirá palestras e minicursos” tem valor substantivo, pois é introduzida por uma conjunção integrante.

(Quadrix)

06. Na oração “Mas nós entendemos que aquilo que seria comum seja entendido como normal”, o conectivo “que” introduz uma oração subordinada substantiva subjetiva.

(Quadrix)

07. A oração subordinada em “é fato que os serviços ecossistêmicos marinhos e costeiros sofrem frequentemente interferências destrutivas” classifica-se como substantiva objetiva direta.

(Quadrix)

08. A oração subordinada em “O mais provável é que a felicidade e a infelicidade estejam relacionadas a mecanismos cerebrais mais complexos do que se imagina” é classificada como substantiva predicativa.

(Quadrix)

É interessante que o despertador receba esse nome. Um objeto que recebe esse título por poder ajustar uma hora.

09. A oração “que o despertador receba esse nome” exerce a função de sujeito no primeiro período do texto.

Na delegacia, três vítimas foram ouvidas e confirmaram ter recebido atendimentos odontológicos do suspeito em ocasiões anteriores. Uma delas informou ainda que teria um novo atendimento marcado com o suspeito.

10. A oração subordinada do último período

possui natureza complementar.

(Cebraspe)

11. Em “é difícil pensar nas implicações políticas de empregar o masculino genérico” (segundo período do segundo parágrafo), o trecho “pensar nas implicações políticas de empregar o masculino genérico” exerce a função sintática de sujeito da oração principal “é difícil”.

(Cebraspe)

12. Em “Segundo Morceiro, parte desse fenômeno é explicado por uma crescente concentração populacional e sobrecarga da infraestrutura de áreas urbanas, que eleva os custos operacionais das indústrias, criando desvantagens que superaram os benefícios de se estar em áreas densamente ocupadas.”, a oração reduzida de infinitivo introduz uma ideia de finalidade.

(IGEDUC)

13. Em “Quando estamos alegres, temos a sensação de que devemos seguir em frente” temos uma oração subordinada adverbial temporal (Quando estamos alegres) e uma oração subordinada substantiva objetiva indireta (de que devemos seguir em frente).

(Consuplan)

14. Uma oração subordinada pode ter função de complemento nominal, nesse caso será classificada como subordinada substantiva completiva nominal, como é o caso da oração subordinada em “Tinha necessidade de que me ajudassem a subir as escadas”.

A preservação de acervos digitais tornou-se uma preocupação crescente entre instituições de pesquisa. Documentos produzidos originalmente em meios eletrônicos dependem de procedimentos específicos de armazenamento, migração e atualização tecnológica. Nesse contexto, convém que os arquivos sejam periodicamente transferidos para formatos compatíveis com novos sistemas, a fim de reduzir o risco de perda de informações.

15. No trecho “convém que os arquivos sejam periodicamente transferidos para formatos compatíveis com novos sistemas”, a oração introduzida pela conjunção “que” exerce função de natureza subjetiva.

16. No segmento “a necessidade de que os municípios adotem políticas integradas de transporte público”, a oração “que os municípios adotem políticas integradas de transporte público” complementa o sentido do substantivo “necessidade”, funcionando, portanto, como oração subordinada substantiva completiva nominal.

17. No segmento “a importância de que os investimentos em saneamento sejam acompanhados de políticas de preservação dos mananciais”, o trecho “que os investimentos em saneamento sejam acompanhados de políticas de preservação dos mananciais” é um objeto indireto oracional.

18. No trecho “as instituições acadêmicas dependem de que os dados utilizados em estudos científicos sejam submetidos a procedimentos rigorosos de verificação”, a oração introduzida por “que” classifica-se como subordinada substantiva objetiva indireta, pois exerce a função de objeto indireto do verbo “dependem”, que rege a preposição “de”.

19. No segmento “especialistas recomendam evitar a exposição dos documentos a condições inadequadas de temperatura e umidade”, a oração reduzida de infinitivo exerce função de objeto direto do verbo “recomendam”.

20. No trecho “sabe-se que a adoção dessas tecnologias demanda mecanismos de supervisão e avaliação contínua”, a oração introduzida por “que” funciona como sujeito oracional.

OS PEDAGÓGICOS
CURSOS E CONCURSOS

SEDF A RETOMADA

   OSPEDAGOGICOS